

Criança de Terreiro e a Escola: infância como território de resistência e criação

Paula Anunciação Silva ¹

RESUMO

Este trabalho pretende apresentar um levantamento de pesquisas feitas a partir da busca temática, “Crianças de terreiro e a escola”, entre 2003 e 2025, apresentados na área da Educação e vimos que é um campo tímido, encontramos trabalhos no banco da Capes, sendo teses de Doutorado e dissertações de Mestrado. As dissertações citadas fornecem uma base sólida para discutir a intersecção entre educação e religiosidade no contexto das religiões de Matriz Africana no Brasil. Elas revelam uma lacuna significativa no sistema educacional, que visa incorporar e valorizar a pluralidade histórico-cultural e religiosa presente na sociedade brasileira. As pesquisas destacam a importância dos saberes transmitidos nos terreiros, como ferramentas pedagógicas relevantes para a construção de uma educação equânime, evidenciam as dificuldades que as crianças candomblecistas enfrentam nas escolas, sugerindo que a intolerância religiosa é uma barreira para o desenvolvimento pleno dessas crianças. O papel do aprendizado ativo e culturalmente enraizado no Candomblé, sublinha a importância de práticas pedagógicas que reconheçam essa epistemologia. Nos espaços-tempos produzidos, há uma dimensão estratégica ancestral baseada na compreensão da identidade, que está impregnada da lógica de se valorizar aprendizados adquiridos ao longo da vida e modos de ser e viver, para se manter no presente e projetar o futuro. Tássio, em *Pedagogia da Circularidade: Ensinações de Terreiro* (2021), traz uma reflexão acerca disso, defendendo que pessoas iniciadas, renascem em um ser outro, consciente de seu papel social e carregado de contexto histórico. Essa abordagem é vital para a implementação eficaz da LDB, especialmente após a alteração no artigo 26 e 26A, que busca garantir o enfrentamento ao racismo e promoção da equidade.

Palavras-chave: Criança De Terreiro, Candomblé, Escola, Intolerância Religiosa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende apresentar um levantamento de pesquisas feitas a partir da busca temática, ‘Crianças de terreiro e a escola’, entre 2003 e 2025, na área da Educação. A universalização da escola, pensada sob parâmetros eurocêntricos e cristãos, contribuiu para a invisibilização de práticas e epistemologias não hegemônicas. No Brasil, esse processo afeta diretamente as crianças de terreiro, que enfrentam resistências institucionais e práticas de intolerância religiosa.

Este cenário é evidenciado, para apresentar a proposta de pesquisa da autora, que surge da necessidade de observar como essas crianças agenciam suas identidades e como seus corpos se constituem em potências poéticas e políticas que tensionam a lógica escolar

¹ Pedagoga (UNINOVE-SP), Mestra em Educação (UNINOVE-SP) e Doutoranda em Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo-SP, paulaanunciacao.pa@gmail.com



dominante. A discussão é sustentada pela necessidade de uma educação antirracista e decolonial, não hegemônica, capaz de ampliar a reflexão sobre laicidade e pluralidade religiosa.

Olhando para a população negra brasileira, que foi impedida de saber onde estão as raízes de sua ancestralidade, para a barreira em conhecer a história de seu ancestral africano livre antes da empreitada colonial europeia, podemos dizer que quando vemos o Candomblé, por exemplo, esse elo não foi rompido.

Assim, as religiões de matriz africana é o lugar que resguardou algum vínculo ancestral direto com aqueles que estavam livres em África antes de serem capturados e sequestrados.

À medida que uma pessoa internaliza o modo de ser/ estar do Candomblé, ela vai se despidendo das verdades entoadas dentro da chave epistêmica euro-cristã e do colonialismo intrínseco a ela. O Candomblé é, simultaneamente, religião, cultura e filosofia — constituindo uma estrutura contracolonial de resistência e existência, um sistema pró-vida, que confronta a colonialidade desde seus primórdios e mata o colonizador dentro de cada um que renasce nele.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem qualitativa, para este artigo, está fundamentada em levantamento bibliográfico e observação participante. A partir da experiência da autora, em sua atuação como professora de Educação Básica em Escola Pública do Estado de São Paulo e na convivência com as crianças do terreiro de Candomblé da nação Ketu que frequenta, na região do Marsilac no Estado de São Paulo. Nos debruçamos sobre a intolerância religiosa, legislação educacional e trabalhos anteriores de mestrado e doutorado que versam sobre a temática.

A escolha metodológica se ancora na perspectiva de circularidade e coletividade próprias das comunidades de terreiro, reconhecendo o lugar ativo das crianças na produção de saberes e práticas. (OYĚWÙMÍ, 2021)

REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial parte de estudos sobre o Candomblé como locus de produção de saberes (SILVA, 2005; VERGER, 2002, MACHADO, 2019), compreendendo-o não



apenas como religião, mas como sistema educacional, filosófico e político contracolonial (BISPO, 2023; FERREIRA, 2021).

No campo da educação, dialoga-se com a legislação que garante a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, Lei de Diretrizes e Bases artigo 26-A (BRASIL, Lei 9.394, 1996) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (CNE/CP nº 3, 2004), bem como com autores que analisam as relações entre infâncias negras, racismo e escola (CAPUTO, 2012; CAVALLEIRO, 2001, SOUZA, 2016).

Outro eixo teórico aborda a intolerância religiosa (ARAUJO, 2017; SILVA, 2015), que permanece estruturante nas práticas escolares, e as epistemologias que tensionam o adultocentrismo (SANTIAGO; FARIA, 2015; CAPUTO; SOUZA, 2023), reconhecendo as crianças como sujeitos políticos.

Compreendemos que as religiões de matriz africana são campo fértil para a provocação de novas perspectivas da Educação. Ações excludentes e que inferiorizavam a identidade negra têm origem no período colonial e vem sendo reforçada ao longo dos anos em esquemas perpetuadores dessa lógica colonial, como resquício desse comportamento, acontece investidas para que esse conjunto de manifestações afro-brasileiras permaneça no campo subalternizado até a atualidade. Por exemplo, há escolas que obrigam crianças em preceito iniciático a retirarem seus adornos, assim como vimos relatos nas pesquisas que serão citadas mais adiante, mas não obrigam garotas evangélicas usarem calças ou os católicos tirarem seus crucifixos e escapulários.

A intolerância religiosa para com o Candomblé e outras religiões de Matriz Africana, é uma demanda colonial, reencenada nessa modernidade colonial (FANON, 2008), está nas estruturas de formação do imaginário coletivo, ela cria um campo de tensão política.

O campo educacional é um grande aliado para as transformações políticas e sociais e desde os primórdios dos Movimentos Negros, foi reivindicado por esse potencial.

Resultado disso é a documentação educacional legal, como em 2003 com a estabelecida Lei 10.639, que altera a Lei de Diretrizes e Bases e o Parecer 003 de 2004, a partir do Conselho Nacional de Educação, trazendo a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana nos estabelecimentos de Educação Básica. Cuja efetivação sofre diversos boicotes devido ao racismo, sobretudo ao que transpassa a intolerância religiosa, temos recentemente mais um aparato legal, oficialmente



divulgada no final do ano de 2024, a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (PNEERQ). Isso nos demonstra como o campo educacional e a Educação Básica está em disputa, se por um lado a cultura hegemônica, cristã e do outro a pluralidade histórica e cultural que abraça expressões outras de ser e estar em sociedade, não cristãs e não hegemônicas.

Realizamos um levantamento de pesquisas feitas a partir da temática, “Crianças de terreiro e a escola”, vimos que ainda é um campo tímido, encontramos oito trabalhos no banco da Capes, sendo duas teses de Doutorado e cinco dissertações de Mestrado, sendo que uma das teses foi publicada em livro, com o título “Educação nos terreiros: como a escola se relaciona com crianças de Candomblé” de Stela Guedes Caputo. Abaixo apresentaremos os demais trabalhos mais próximos de nossos objetivos, a fim de endossar a premência e a intenção desta pesquisa.

Vanderlei Furtado Leite, em 2006 em São Paulo, defendeu a dissertação com o título Candomblé e Educação: dos Ilés às escolas oficiais, tem como objetivo discutir as contribuições da educação ministrada nos terreiros de Candomblé para o sistema de ensino formal no Brasil, especialmente no contexto da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas.

A pesquisa, baseada em entrevistas com adeptos e líderes religiosos de Candomblé, destaca que os terreiros não são apenas espaços de culto religioso, mas também verdadeiras escolas comunitárias, onde ocorre a transmissão de valores, comportamentos e saberes. Essa educação, que é intrinsecamente ligada à cultura e espiritualidade do Candomblé, promove a inclusão social e o exercício da cidadania. Nos terreiros, a transmissão do conhecimento ocorre de forma oral e gradual, com base em rituais e tradições que se perpetuam ao longo de gerações. (DRAVET; OLIVEIRA, 2017)

O trabalho enfatiza que a educação no Candomblé é uma forma de resistência cultural frente às imposições da sociedade majoritária, oferecendo uma cosmopercepção alternativa que valoriza a espiritualidade, a coletividade e o respeito aos ancestrais. Ao comparar esse sistema de educação com o ensino formal nas escolas, a dissertação sugere que a troca de experiências entre os educadores dos terreiros e os das escolas públicas pode enriquecer o currículo escolar, especialmente no que diz respeito à valorização da pluriversalidade cultural e à construção de uma identidade afro-brasileira.

As conclusões ressaltam a importância de reconhecer o Candomblé como uma fonte legítima de saberes e práticas pedagógicas que podem contribuir para a formação



de uma sociedade mais justa e inclusiva, onde as tradições afro-brasileiras sejam respeitadas e integradas ao sistema educacional.

A dissertação de Mestrado de Kássia Mota de Sousa intitulada "Entre a escola e a religião: desafios para as crianças de Candomblé em Juazeiro do Norte", de 2010, tem como foco central a investigação das experiências de crianças candomblecistas no ambiente escolar na cidade de Juazeiro do Norte, Ceará. A pesquisa busca compreender os significados e sentimentos construídos por essas crianças sobre suas vivências na escola e no terreiro. O estudo revela que, enquanto o terreiro é um espaço acolhedor que fortalece a identidade afrodescendente e religiosa, o ambiente escolar muitas vezes reproduz práticas discriminatórias, em especial contra crianças de religiões de matriz africana.

Utilizando entrevistas semiestruturadas e pesquisa participante, a autora investigou as vivências de cinco crianças do terreiro Ilê Axé Gitofalogi. O estudo expõe como a intolerância religiosa se manifesta no cotidiano escolar, reforçando o racismo estrutural. Além disso, destaca a importância de ações educativas e pedagógicas voltadas para o respeito à diversidade étnico-racial, em conformidade com a Lei 10.639/03.

A dissertação conclui que as crianças candomblecistas são frequentemente marginalizadas no contexto escolar, sendo alvo de preconceito tanto por parte de colegas quanto de professores. A autora propõe a necessidade de uma formação docente mais ampla e crítica, que contemple a diversidade religiosa e racial, de modo a promover uma educação inclusiva e respeitosa para todos os estudantes.

Em 2013, a dissertação, Sobre olhar e aprender: um estudo sobre o processo de aprendizado religioso das crianças candomblecistas de Dario Ribeiro Sales Jr. Na Universidade Federal da Bahia, o texto verifica o processo de aprendizagem de crianças no contexto do Candomblé, com ênfase em como elas internalizam e praticam as demandas religiosas e sociais dessa tradição. O estudo foi conduzido por meio de observações etnográficas em dois terreiros na região metropolitana de Salvador, Bahia, durante 14 meses.

O autor investiga como as crianças aprendem observando, e defende que, para elas, olhar não é uma atitude passiva, mas uma forma ativa de participação. Através das brincadeiras, cerimônias públicas e interações com membros mais experientes, as crianças desenvolvem habilidades necessárias para desempenhar seus papéis religiosos, como as exigências hierárquicas e os relacionamentos com entidades espirituais. O



conceito de habitus é central à análise, indicando que as crianças adquirem disposições corporificadas para agir, em vez de representações teóricas sobre o mundo.

Uma das conclusões principais é que o aprendizado religioso das crianças no Candomblé é um processo contínuo e orgânico, baseado na familiaridade com o ambiente e nas relações sociais estabelecidas no terreiro. Esse aprendizado começa antes da iniciação formal e é fortalecido por práticas cotidianas que incluem brincadeiras que imitam rituais religiosos. As crianças absorvem as normas e práticas culturais através da observação e da participação ativa, ao invés de receberem instruções diretas.

Outro ponto importante discutido na dissertação é o enfrentamento de episódios de intolerância religiosa. As crianças, desde cedo, são expostas a situações de discriminação e, em conjunto com suas famílias, aprendem estratégias para lidar com essas experiências, fortalecendo sua autoestima e desenvolvendo formas de resistência cultural. Isso reforça a importância do terreiro como espaço de proteção e educação comunitária.

A dissertação conclui que o aprendizado no Candomblé não é apenas uma questão de transmissão de conhecimento, mas de engajamento profundo e contínuo com a cultura e cultura religiosa, envolvendo o corpo, a mente e as relações sociais das crianças desde a infância.

No ano de 2015, uma dissertação de Mestrado em Psicologia, defendida por Karla Geyb da Silva Queiroz, na Universidade Federal da Bahia com o título *Convivendo Com Os Orixás: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao Candomblé e o contexto escolar*, na pesquisa ela busca compreender as trajetórias de crianças candomblecistas no contexto escolar e como sua pertença religiosa influencia suas experiências nesse ambiente. A pesquisa se concentra na perspectiva da psicologia histórico-cultural para investigar a construção da subjetividade dessas crianças em relação à religião e às interações na escola.

As conclusões destacam que as crianças adeptas do Candomblé desenvolvem uma subjetividade própria que é moldada tanto pelos espaços do terreiro quanto pelo ambiente escolar. No terreiro, elas se sentem respeitadas, integradas e desempenham funções relevantes dentro de uma estrutura hierárquica religiosa, o que fortalece sua autoestima e a valorização da ancestralidade. No entanto, na escola, essas mesmas crianças enfrentam, frequentemente, situações de discriminação, preconceito e silenciamento em relação à sua religião.



A dissertação também enfatiza o papel ativo que as crianças candomblecistas desempenham em seus processos de socialização e aprendizado religioso (SOUZA; CARVALHO, 2021). Desde cedo, elas participam de cerimônias, funções e rituais, o que demonstra que a infância no Candomblé não é apenas um período de preparação passiva, mas uma fase em que as crianças já são agentes ativas em suas comunidades religiosas.

Contudo, a escola aparece como um espaço onde essas crianças muitas vezes precisam esconder sua pertença religiosa para evitar situações de exclusão e preconceito. Isso revela uma tensão significativa entre a valorização que as crianças vivenciam no terreiro e o silenciamento e marginalização experimentados na escola. A superação da intolerância religiosa na escola ainda está distante (BENTO, 2014), sendo necessário um maior esforço educacional para promover o respeito à diversidade religiosa.

A autora finaliza sugerindo a necessidade de intervenções pedagógicas que levem em consideração a diversidade religiosa nas escolas, promovendo um ambiente mais inclusivo e respeitoso para as crianças adeptas de religiões afro-brasileiras como o Candomblé

E em 2018, Erica Jorge Carneiro defende sua tese de doutoramento pela Universidade Federal do ABC, em sua tese "A Infância Afrodescendente: iniciação e socialização religiosas em um terreiro de candomblé jeje-nagô" foca no entendimento do papel das crianças dentro de uma comunidade religiosa afro-brasileira, com ênfase nos processos de iniciação e socialização no candomblé jeje-nagô. O trabalho se baseia em uma abordagem etnográfica, conduzida em um terreiro no litoral paulista, Ile Funfun Axé Awo Osogun, observando as interações entre crianças e adultos no contexto religioso.

Carneiro propõe duas abordagens principais para sua investigação. Primeiramente, examina como as crianças criam e recriam as práticas e ensinamentos religiosos, estabelecendo laços entre si e com os adultos da comunidade. Em segundo lugar, foca no processo individual de iniciação religiosa, utilizando teorias sociológicas e antropológicas que discutem a socialização e os rituais no candomblé.

A pesquisa revela que a infância, nesse contexto, é vivida de maneira distinta das concepções ocidentais tradicionais de criança e infância. As crianças, nesse terreiro, não são meramente receptoras passivas de práticas religiosas, mas ativas em seu aprendizado e na formação de vínculos dentro da comunidade. O terreiro funciona como um espaço social e espiritual onde elas exercem papéis específicos, participando de rituais que fortalecem sua identidade e pertencimento ao grupo.



Uma das conclusões mais importantes do estudo é a distinção entre socialização e iniciação. A socialização ocorre de maneira mais coletiva, fortalecendo o grupo como um todo, enquanto a iniciação é um processo individual que sublinha a singularidade de cada criança e sua relação pessoal com os orixás. Esses processos são interdependentes, refletindo uma dinâmica de aprendizagem comunitária e individual que é central na experiência das crianças no terreiro.

A tese também aborda a invisibilidade acadêmica das crianças de religiões afro-brasileiras, enfatizando a importância de estudos que deem visibilidade à infância nesses contextos. Além disso, discute como esses processos de socialização e iniciação delineiam a identidade das crianças como futuras líderes religiosas, garantindo a continuidade das tradições e práticas do candomblé.

Com base nas reflexões apresentadas, é possível afirmar que as crianças de terreiro ocupam um lugar de potência epistemológica, filosófica e política, desafiando o adultocentrismo e a colonialidade que ainda estruturam práticas escolares. A pedagogia dos terreiros, marcada pela oralidade, circularidade e ancestralidade, revela saberes que resistem à lógica hegemônica e demandam reconhecimento institucional. Como apontam Ferreira (2021) e Machado (2019), esses saberes não apenas educam, mas também constroem mundos possíveis, onde o corpo, o tempo e a espiritualidade se entrelaçam como fundamentos de uma epistemologia afro-brasileira.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O levantamento preliminar indica que crianças de terreiro são frequentemente submetidas a situações discriminatórias, como a proibição de usar adereços religiosos. Em contraste, outros símbolos de fé cristã são aceitos, revelando a seletividade da narrativa da laicidade escolar.

Pesquisas anteriores (LEITE, 2006; SOUSA, 2010; SALES JR., 2013; QUEIROZ, 2015; CARNEIRO, 2018, CAPUTO,) apontam que os terreiros funcionam como espaços de educação comunitária, onde a infância é reconhecida em sua potência plena. Ao adentrar a escola, entretanto, essas crianças enfrentam o silenciamento e a intolerância religiosa, o que evidencia a distância entre os princípios legais de igualdade na prática cotidiana.

As dissertações citadas fornecem uma base sólida para discutir a intersecção entre educação e religiosidade no contexto das religiões de Matriz Africana no Brasil. Elas



revelam uma lacuna significativa no sistema educacional, que precisa incorporar e valorizar a pluralidade cultural e religiosa presente na sociedade brasileira. As pesquisas destacam a importância dos saberes transmitidos nos terreiros como ferramentas pedagógicas relevantes para a construção de uma educação decolonial, antirracista e equânime, evidenciam as dificuldades que as crianças candomblecistas enfrentam nas escolas, sugerindo que a intolerância religiosa é uma barreira para o desenvolvimento pleno dessas crianças. O papel do aprendizado ativo e culturalmente enraizado no Candomblé, sublinha a importância de práticas pedagógicas que reconheçam essa epistemologia.

Essa abordagem é vital para a implementação eficaz da LDB, que busca garantir o ensino da História e Cultura afro-brasileira nas escolas. Portanto, as pesquisas têm justificado a necessidade de um debate mais profundo sobre a formação docente e a criação de políticas educacionais que combatam a intolerância religiosa e promovam o respeito à pluralidade histórico-cultural e religiosa.

Nesse cenário, o corpo-poético das crianças de terreiro torna-se um elemento político de resistência (MARTINS, 2021) e de proposição de novas pedagogias, ampliando os sentidos de cuidado, comunidade e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar como as crianças de terreiro vivenciam e agenciam suas identidades em ambientes escolares que frequentemente operam sob uma lógica da modernidade colonial, identificando os desafios enfrentados por essas crianças no processo de integração. O artigo indica que a escola brasileira ainda reproduz uma universalidade euro-cristã que marginaliza saberes afro-brasileiros e invisibiliza as crianças de terreiro. Além, de homogeneizar os conhecimentos nesta mesma lógica euro-cristã. Reconhecer e valorizar essas epistemologias é um passo essencial para a construção de uma educação antirracista, equânime e decolonial.

Sugere que é necessária a formulação de políticas públicas que garantam condições de equidade às crianças de terreiro, fortalecendo a pluralidade histórico-cultural e respeitando a diversidade religiosa no espaço escolar.

Nesse sentido, a efetivação da LDB, a partir das alterações com a Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) não pode se limitar à inclusão de conteúdos sobre a cultura afro-brasileira, mas deve promover uma reestruturação profunda das práticas pedagógicas,



valorizando as experiências vividas por crianças candomblecistas. A escola precisa se abrir à escuta aos terreiros, reconhecendo que a infância que são pertencentes das religiões de Matriz Africana é produtora de saberes e não apenas receptora. Como defendem Santiago e Faria (2015) e Souza e Carvalho (2021), é urgente construir uma formação docente decolonizadora, que enfrente o racismo religioso e reconheça a infância como território de resistência e criação.

AGRADECIMENTOS

Laroyê! Mojuba!

Primeiramente agradeço a Esu, é a ele que peço licença para adentrar novas encruzilhadas.

Agradeço às crianças de terreiro, saúdo a potência de cada uma! Agradeço as pesquisadoras e pesquisadores que pavimentaram o caminho, aos que nos ensinam Sankofa!

Às mulheres da minha família, que me ensinaram a ler o mundo, principalmente a minha avó materna, saudosa Geralda, com quem aprendi que a cura está nas folhas, na ancestralidade. Com minha mãe, que aprendi a luta e o orgulho em ser uma mulher preta! Agradeço as manas que foram cruzando minha vida nestas encruzilhadas que Esu nos coloca, me ensinaram que o afeto é ebó de proteção, a elas eu tenho toda minha gratidão e honra!

REFERÊNCIAS

AMARAL, Rita. Xirê! O modo de crer e de viver no candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

APPIAH, Kwame Anthony. Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARAUJO, Patrício Carneiro. Entre ataques e atabaques - intolerância religiosa e racismo nas escolas. São Paulo: Aché, 2017.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como crítica do paradigma hegemônico ocidental: introdução a uma ideia. Tradução: Renato Nogueira, Marcelo J. D. Moraes, Aline Carmo. *Ensaio Filosóficos*, v. XIV, dez. 2016. Acesso em: 09 set. 2024.

BENTO, Maria Aparecida Silva (org.). Psicologia Social do Racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.



BISPO, Antônio. Colonialismo e contracolonialismo. Brasília: [s.n.], 2023.

BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jan. 1989. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7716.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 9.459, de 13 de maio de 1997. Altera os artigos 1º e 20 da Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 14 maio 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9459.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110639.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.635, de 27 de dezembro de 2007. Institui o Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/L11635.htm. Acesso em: 20 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 11 mar. 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

CAPUTO, Stela Guedes. Educação nos terreiros: e como a escola se relaciona com crianças e Candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CAPUTO, Stela Guedes; SOUZA, Ellen Lima. Não há racismo sem adultocentrismo: notas sobre uma pátria pai hostil. *Revista Teias*, Rio de Janeiro, v. 24, n. 75, p. 189–199, 2023. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistateias/article/view/64824>. Acesso em: 21 set. 2025.

CARNEIRO, Érica Jorge. A infância afrodescendente: iniciação e socialização religiosas em um terreiro de candomblé jeje-nagô. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Sociais) — Universidade Federal do ABC, Santo André, 2018.

CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.



DRAVET, Florence Marie; OLIVEIRA, Alan Santos de. Relações entre oralidade e escrita na comunicação: Sankofa, um provérbio africano. *Miscelânea*, Assis, v. 21, p. 11-30, jan.-jun. 2017.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Bahia: Edufba, 2008.

FERREIRA, Tássio. Pedagogia da Circularidade: ensinagens de terreiro. Rio de Janeiro: Telha, 2021.

LEITE, Vanderlei Furtado. Candomblé e educação: dos Ilés às escolas oficiais. Dissertação (Mestrado em Educação, Administração e Comunicação) — Universidade São Marcos, São Paulo, 2006.

MACHADO, Vanda. Irê Ayó: uma epistemologia afro-brasileira. Salvador: EDUFBA, 2019.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar, poéticas do corpo tela. São Paulo: Cobogó, 2021.

NASCIMENTO, Abdias do. O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

NASCIMENTO, Abdias. O negro revoltado. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ́. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Trad. Nascimento, Wanderson Flor do. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUEIROZ, Karla Geyb da Silva. Convivendo com os Orixás: a trajetória religiosa de crianças adeptas ao Candomblé e o contexto escolar. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SANTIAGO, Flávio; FARIA, Ana Lúcia Goulart de. Para além do adultocentrismo: uma outra formação docente descolonizadora é preciso. *Educação e Fronteiras On-Line*, v. 5, n. 13, p. 72-85, 2015.

SILVA, Vagner Gonçalves da. Candomblé e umbanda: caminhos da devoção brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2005.

SOUZA, Ellen de Lima. Experiências de infâncias com produções de culturas no Ilê Axé Omo OxéIbá Latam. 2016. 179f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2016.

SOUZA, Ellen de Lima; CARVALHO, Alexandre Filordi. Pensar outros possíveis entre infâncias e necropolíticas. *Childhood & Philosophie*, v. 17, p. 1-18, 2021. DOI: 10.12957/childphilo.2021.59100.



VERGER, Pierre Fatumbi. Orixás: deuses iorubás na África e no Novo Mundo.
Salvador: Corrupio, 1997

